

**A REVOLTA QUE NÃO HOUE: APRESENTANDO UMA TENTATIVA DE
CONSPIRAÇÃO¹**Carlos Henrique dos Santos Ruiz²**Resumo**

Em 1º de Abril de 1964, ocorre o Golpe Civil-Militar, destituindo o presidente constitucional da República João Goulart. Sob o novo regime, muitos de seus participantes e apoiadores acreditavam que os militares logo devolveriam o poder aos civis. Mas, com a prorrogação do mandato do General Castelo Branco e a consequente cassação de expoentes históricos civis apoiadores do golpe, como Juscelino Kubitschek, outras lideranças começaram perceber que um grupo dos militares procurava se hegemonizar no poder, estabelecendo sua direção política, econômica e ideológica sobre o conjunto da sociedade. Ao que tudo indica, o Governador de São Paulo Adhemar de Barros entendeu que seria o próximo político a ser cassado e face à impopularidade do regime devido à crise econômica, ele se alia com vários grupos políticos distintos, e conjuntamente planejaram um contra golpe, liderado por Adhemar de Barros, o qual não aconteceu.

O objetivo deste artigo é fazer uma apresentação sobre a tentativa de revolta, bem como uma retomada histórica do período (1961-67). As questões serão abordadas brevemente em âmbito político: na primeira sessão o governo João Goulart e na segunda o governo Castelo Branco. Já na terceira será apresentada e analisada a tentativa de revolta. Ao final, se responderá a seguinte pergunta: O que foi a “Revolta que Não Houve”?

Palavras-chaves: Adhemar de Barros; Militares; Articulação política

Abstract

On April 1, 1964, the Civil-Military Coup took place, dismissing the constitutional president of the Republic João Goulart. Under the new regime, many of its participants and supporters believed that the military would soon return power to civilians. But with the extension of the mandate of General Castelo Branco and the consequent annulment of historical civilian supporters of the coup, such as Juscelino Kubitschek, other leaders began to realize that a group of the military sought to hegemonize in power, establishing their political, economic and ideological leadership on society as a whole. The Governor of São Paulo Adhemar de Barros apparently understood that he would be the next politician to be annulled, and in view of the unpopularity of the regime due to the

¹ Este artigo é uma versão resumida da dissertação de mestrado “A Revolta que Não Houve: Adhemar de Barros e a Articulação contra o Golpe Civil-Militar (1964-66)”, sob orientação do professor doutor Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, pesquisa que contou com apoio de bolsa CAPES.

² Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências/UNESP- campus de Marília/SP. Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP- campus de Marília/SP. Última publicação: “A disputa de projetos hegemônicos: Moderados X Duros no governo Castelo Branco” na revista TEMA, nº 92, Volume XXXII, Maio/Agosto de 2018. caíque_ruiz2006@yahoo.com.br

economic crisis, he was in league with several distinct political groups and jointly planned a coup, led by Adhemar de Barros, which did not happen.

The purpose of this article is to make a presentation about the attempted revolt, as well as a historical retake of the period (1961-67). The issues will be dealt with briefly at the political level: in the first session the João Goulart government and in the second the Castelo Branco government. Already in the third one will be presented and analyzed the attempt of revolt. At the end, the following question will be answered: What was the "Revolta que Não Houve"?

Keywords: Adhemar de Barros; Military; Political articulation

Introdução

O governo Castelo Branco foi um período conturbado na política, havendo disputas de projetos hegemônicos entre os grupos políticos de dentro do regime, como também contestações e tentativas de revoltas, tanto de grupos políticos excluídos como de líderes políticos que apoiaram o golpe. O objeto intitulado "A Revolta que Não Houve", encaixa-se no contexto de contestações políticas ao governo Castelo Branco.

No entanto, existem pouquíssimas informações sobre "A Revolta que Não Houve", o que motivou realizar a pesquisa. A maioria das bibliografias não possuem informações específicas sobre o acontecimento, e quando possuem são breves menções. Há que se destacar no livro "Visões do Golpe" de Maria Celina D'Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, relacionado a depoimentos de militares, uma breve menção ao episódio no trecho da entrevista do general Meira Mattos:

O principal grupo revolucionário de São Paulo, era frustrado, porque o governo acabou nas mãos do Adhemar, de quem eles não gostavam. Adhemar conspirou, mas o grupo revolucionário de São Paulo não gostava dele nem do Kruel, que foi um homem que aderiu na última hora.³

Diante das poucas referências bibliográficas sobre o episódio da "Revolta que não Houve", porém entre os vários livros trabalhados na pesquisa, destacam-se os que fazem maiores menções ao episódio: "O Governo João Goulart", de Luiz Alberto Moniz Bandeira, analisa o governo de João Goulart e o período de seu exílio, ressaltando os principais aspectos políticos; "Militares e Militância" de Paulo Ribeiro da Cunha, analisa a atuação dos militares na política e o artigo "Governo Castelo Branco,

³ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 123-124.

Contragolpe e Frente Ampla nas memórias de militares e civis” de Célia Costa Cardoso, que discute sobre as contestações políticas durante o governo Castelo Branco.

A discussão do artigo em realizar uma apresentação sobre a tentativa de revolta, analisando brevemente os dados, a partir de um enfoque no âmbito político, pretende ao final responder a seguinte pergunta: O que foi a “Revolta que Não Houve”?

1. O governo João Goulart

Com renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, quem deveria assumir constitucionalmente o cargo, era o vice-presidente eleito João Goulart – o qual não era bem visto pelas classes dirigentes e pelos militares de direita – os quais encontravam-se no exterior em missão econômica. Enquanto o Congresso discutia sobre a possibilidade ou não de João Goulart assumir o cargo, uma junta militar, encabeçada pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica se articula, procurando impedir sua posse. Segundo o marechal Henrique Teixeira Lott:

A primeira informação positiva sobre a intenção dos ministros militares, de não darem posse ao Sr. João Goulart, me foi dada pelo Sr. Armando Falcão, na noite da própria sexta-feira, 24 de agosto, data da renúncia do Sr. Jânio Quadros. Falcão comunicava-me que esses ministros, não só impediriam a investidura de Jango, como, também, o prenderiam, assim que ele pisasse solo brasileiro. Para evitar ao vice-presidente tão grande vexame, os ministros militares exigiam: ou sua renúncia ou que o Congresso votasse seu impedimento. Se isso não fosse feito, os ministros militares tomariam a iniciativa de dissolver o Congresso.⁴

Entretanto com a Campanha da Legalidade, encabeçada por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, resultou na união dos movimentos populares e militares legalistas em defesa da posse constitucional de João Goulart. A possibilidade de o golpe ocorrer naquele momento foi abortada e as forças conservadoras do Congresso percebendo o risco de um aprofundamento da crise política, operaram uma mudança de tática. A solução encontrada foi a emenda parlamentarista, que garantia a posse do vice-presidente, mas transferia parte de seus poderes ao Congresso, através de um Primeiro Ministro. Essa solução não teve boa receptividade entre políticos progressistas como Almino Affonso e o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Ao passo que, para evitar um conflito maior, João Goulart aceitou-a.

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed., São Paulo, Expressão Popular, 2010, p. 445.

João Goulart é empossado presidente em 7 de setembro 1961, sobre as regras do parlamentarismo, e escolhido como Primeiro Ministro, o deputado Tancredo Neves (PSD). O momento, como já mencionado, era complexo. A radicalização política avançando, ao contrário do que se imaginava. Ao mesmo tempo a situação econômica degradava, com a espiral inflacionária e o custo de vida continuando a crescer. Assim, o gabinete conservador do Primeiro Ministro Tancredo Neves, não conseguiu resolver esses impasses, agravando os conflitos sociais e as inquietações políticas, levando a direita, derrotada na última tentativa de golpe, a continuar tentando desestabilizar o governo João Goulart. Houve inclusive, movimentações para desestabilizar o gabinete Tancredo Neves, a fim de construir um governo forte com as tendências conservadoras dominantes no congresso.

Com o agravamento nas questões externas e internas, em especial na questão agrária, colocou o PTB e o PSD, até então aliados, em plataformas distintas, levando a uma gradual separação desta aliança política e uma crise de hegemonia. E neste cenário ocorre a queda do gabinete de Tancredo Neves. Como resultado, surge a dificuldade na formação de um novo gabinete, tendo Brochado da Rocha (PTB) durado dois meses no cargo. Por fim, depois de uma série de negociações por parte de João Goulart e o ministro do Trabalho do gabinete anterior, Hermes Lima (PSB), e a despeito da posição contrária da UDN, PSD e do PSP, é aprovada a antecipação do plebiscito para 6 janeiro de 1963 e a permissão à João Goulart para designar um Conselho de Ministro sem prévia anuência do Congresso.

Com o avanço dos partidos de esquerda nas eleições legislativas de 1962 e a vitória esmagadora do presidencialismo no plebiscito, com cerca de 9 milhões de votos contra os aproximados 2 milhões do parlamentarismo, João Goulart pode formar o seu ministério com orientação de centro-esquerda e na tentativa de avançar as reformas de bases (agrária, bancária, urbana, universitária, administrativa, fiscal, tributária, monetária, código civil). No entanto, no segundo semestre de 1963, ocorrem eventos de grande importância: o primeiro foi o escândalo do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que resultou numa Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades do instituto. Segundo Sodré, teve por resultado:

O inquérito viria comprovar que a organização poderosamente financiada, que não podia explicar a origem de seus imensos recursos, conseguia eleger para o Congresso um número tal de senadores e deputados que constituiria, naquelas casas, bancadas numericamente

superior à do partido majoritário. [...] Para conseguir a sua finalidade, o domínio do poder em nosso país, pelo controle daqueles que elaboram as leis, o Ibad, ocupou, no período eleitoral, a maioria dos horários das estações de rádio e de televisão, em todo o país, e o espaço dos maiores jornais. O movimento dos fundos do Ibad era feito por bancos estrangeiros e ficou provado que a parte destes fundos provinha de empresas estrangeiras, na maioria norte-americanas, instaladas no Brasil.⁵

A organização teve seu funcionamento suspenso por três meses, um primeiro passo para seu fechamento. Em setembro, foi a Revolta dos Sargentos, e teve como um dos motivos alegados o fato do Supremo Tribunal Federal negar aos sargentos a elegibilidade. Devido a esta decisão, cerca de quinhentos sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica sublevaram, apoderando-se de importantes centros administrativos em Brasília, inclusive a Rádio Nacional. Porém, carecendo de qualquer direção política, e a revolta ficou restrita à Brasília, sendo rapidamente abafada pelo governo. O motim não foi um estopim para a tentativa de um golpe, mas teve consequências importantes, como dito por Moniz Bandeira:

O Governo controlou a crise, e deputados trabalhistas impulsionaram o andamento da emenda constitucional, que concedia aos sargentos o direito de disputarem eleições. Não obstante, considerável parcela da oficialidade assustou-se. A explosão de indisciplina vitalizou os que tramavam a ruptura da legalidade, a pretexto de combater a desordem, a agitação, as greves políticas, em resumo, o comunismo. E, no dia seguinte ao motim, o general Humberto de Alencar Castelo Branco empossou-se na chefia do Estado Maior do Exército, a condenar os “oportunistas reformistas” que, segundo ele, “pretendiam substituir as Forças Armadas por milícias populares de ideologia ambígua”.⁶

Por fim, no início de outubro, acontece o terceiro evento. Uma tentativa de ofensiva política de João Goulart contra os golpistas resultaria na decretação constitucional de Estado de Sítio e na consequente prisão de Carlos Lacerda. No entanto, a medida não prosperou. O primeiro foi a não prisão de Carlos Lacerda. O segundo motivo foi a falta de clareza da medida de Goulart, gerando desconfianças na esquerda. A situação complicou ainda mais, quando o presidente solicitou ao Congresso a declaração de Estado de Sítio. Como resultado, o Estado de Sítio foi retirado de pauta por João Goulart antes mesmo de ser votado no Congresso, sendo essa iniciativa repudiada tanto pela esquerda como pela direita. “Enquanto a primeira sentia-se traída, a

⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2. ed., São Paulo, Expressão Popular, 2010, p. 464.

⁶ BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 8. ed., São Paulo, Editora UNESP, 2010, 248.

segunda avaliou que Goulart apenas preparava o terreno para um golpe definitivo, com a intenção de perpetuar-se no poder.”⁷

Esses eventos resultaram em grandes consequências para a situação política. Os golpistas que vinham se articulando, começam a conquistar espaço. Os acontecimentos acabaram por intensificar os discursos dos oficiais golpistas, que acabaram ganhando a adesão de outras forças militares. Observa-se também o aumento da polarização no âmbito político, radicalizando-se as posições em ambos os lados, entre as quais, as hostilidades entre segmentos das Forças Armadas e o movimento sindical. As conspirações tanto da esquerda com da direita, também se intensificam. Além disso aumentaram as ofensivas contra o governo Goulart entre os governadores de oposição, em especial aos governadores Ademar de Barros (São Paulo), Carlos Lacerda (Guanabara) e Magalhães Pinto (Minas Gerais). Com a demissão em 19 de Dezembro de 1963 do Ministro da Fazenda, Carvalho Pinto, rompendo a última tentativa de aproximação do governo com o segmento conservador. Sem o apoio destes e vendo a política de conciliação ruir, Goulart aproxima-se dos movimentos de esquerda, acelerando uma série de medidas de cunho nacionalista e reformista⁸.

Objetivando oficializar a aliança, é organizado um evento que representaria sua mudança de proposta. Esse evento foi o Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964, reunindo uma multidão de aproximadamente 200 mil pessoas. Por sua vez, os golpistas organizaram um movimento em resposta, a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, com aproximadamente 500 mil pessoas. Com os ânimos políticos acirrados, face a Revolta dos Marinheiros, o discurso de João Goulart no Automóvel Clube, resulta no estopim do golpe civil-militar.

Com as tropas do general Olympio Mourão Filho avançando na direção do Rio de Janeiro e as do general Carlos Luiz Guedes para Brasília, ia-se consumando o golpe. O dispositivo militar de sustentação do governo desmoronava, com oficiais nacionalistas e legalistas esperando ordens para conter os golpistas. Ao mesmo tempo, uma greve geral é convocada pela CGT em apoio à Goulart, restringindo-se a alguns pontos do Rio de Janeiro e Guanabara. Percebendo que não haveria condições de resistir

⁷ NETO, Lira. **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo, Contexto, 2004, p. 220.

⁸ Dentre essas medidas pode-se citar a extensão de direitos como a previdência social, assistência médica, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ou idade aos trabalhadores rurais e a regulamentação da lei sobre remessas de lucro ao exterior.

em Brasília, João Goulart parte para Porto Alegre na tentativa de instalar o governo. O senador Auro de Moura Andrade convoca uma sessão extraordinária e declara ilegalmente a vacância da presidência da república. Assume o governo o presidente interino Ranieri Mazzilli, e o golpe é consumado.

2. O governo Castelo Branco

Após a consumação do golpe civil-militar, as consequências imediatas perpetradas pelos vencedores, foram logo sentidas com cassações e prisões das forças políticas derrotadas. Porém, o ambiente político não foi de calma e aceitação. Segundo Maciel, houve uma grande contradição durante o governo Castelo Branco.

[...] uma arena da disputa política modelada por uma ordem democrático-liberal, mas em cujo centro havia um governo autoritário. Essa contradição criou uma tensão progressiva nas relações entre o governo militar, configurado pela ruptura golpista da legalidade, e as outras instâncias da sociedade política regidas pela institucionalidade democrático-liberal, como o Parlamento, os governos estaduais (eleitos) e o Judiciário, bem como entre o governo militar e os aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil), particularmente os que abraçavam uma perspectiva contra-hegemônica e os que tinham divergências com o autoritarismo.⁹

Esse período resultou em diversas contestações, tentativas de revoltas e disputas de projetos hegemônicos, não só a partir das classes subalternas, mas também entres os grupos que estavam no poder. Logo depois do golpe civil-militar, os militares golpistas, começaram a se dividir entre dois grupos que passaram a disputar o poder. Começou o segundo momento da crise de hegemonia, quando os grupos das classes dirigentes disputam qual o projeto hegemônico a ser aplicado.

Durante todo o governo Castelo Branco, cada um com seu projeto hegemônico. Esses dois grupos eram os “moderados”, que tinham sua liderança no marechal Castelo Branco, então presidente da república e os “duros” que tinham sua liderança no marechal Costa e Silva atual ministro da Guerra. Em relação aos “duros”:

Os oficiais que se consideram de “linha dura” emitem um discurso de extrema direita, nacionalista e, de certa forma reformista. Não defendem programa coerente, mas apresentam duas exigências. A primeira é um expurgo radical, sem consideração pelos procedimentos aplicados nem pela conformidade com a lei: imediatamente após o golpe, os oficiais de “linha dura” são os principais advogados da violência de Estado e da repressão política. A segunda é um conjunto de medidas economicamente nacionalistas. [...] Um certo

⁹ MACIEL, David. **A Argamassa da Ordem**, 1ª Edição, São Paulo, Xamã, 2004, p. 37

antiamericanismo é às vezes associados a ele, [...] numa referência complexa à situação geopolítica da Guerra Fria e ao passado nacional, em especial a era Vargas.¹⁰

Em relação aos “moderados”, a autora utiliza os trabalhos de Alfred Stepan, em sua definição do determinado grupo:

A abertura diplomática e econômica ao estrangeiro, o regime de semiliberdade concedido às empresas privadas, a confiança na democracia e a opção por tutelá-la provisoriamente. Quatro aspectos principais ressaltam, distinguindo os generais castelistas em sua geração (a de 1900): são em geral primeiros da turma [...], combateram na Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial, fazem parte do corpo permanente da ESG e fizeram cursos no exterior – muitos nos Estados Unidos. Essas experiências, aos olhos de Stepan, reforçam o sentimento de pertencimento às democracias ocidentais, a confiança no sistema capitalista e na aliança (econômica, diplomática e militar) com os Estados Unidos, a hostilidade ao “nacionalismo excessivo” e “a profunda aversão aos apelos emocionais”.¹¹

As divergências entre os dois grupos começaram durante a implantação do Ato Institucional nº1, sobre como seria aprovada, terminando com a vitória dos “duros” via aprovação pelo “Comando Revolucionário”. Com a eleição indireta de Castelo Branco para a presidência¹², e a formação do novo governo, mantendo o cronograma das eleições presidenciais em 1965, houve uma vitória inicial por parte do projeto dos “moderados”. No entanto, com a cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubistchek, os “duros” passaram a conquistar espaço político. A prorrogação do mandato de Castelo Branco e a cassação do mandato do governador de Goiás, Mauro Borges, foram outros indicativos de avanço. Mesmo a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967, com o apoio dos “moderados” visando a continuidade de seu projeto hegemônico, foram os “duros” que saíram fortalecidos com a medida.

Quatro dias depois da aprovação da emenda constitucional [...], o general Arthur da Costa e Silva era homenageado pela Câmara dos Vereadores de Goiânia [...]. À noite, um banquete [...] foi oferecido naquela cidade ao ministro da Guerra [...]. Na ocasião, o deputado Alfredo Nasser tomou a palavra e argumentou que o sucessor de Castello também deveria ser um general, pois a “Revolução” precisava de mais tempo para se consolidar. E, entre

¹⁰ CHIRIO, Maud; tradução André Telles. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 51.

¹¹ CHIRIO, Maud; tradução André Telles. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 53.

¹² O marechal Castelo Branco teve 361 votos, contra 72 abstenções; também houve 3 votos para o general Juarez Távora, e 2 para o general Eurico Gaspar Dutra. Entre os que votaram no Castelo Branco, se encontra nomes como o de Juscelino Kubitschek, Ulisses Guimarães, Tenório Cavalcanti, José Ermírio, Aarão Steinbruch, Franco Montoro, Pedro Ludovico, Cantídio Sampaio, José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Pedro Aleixo, Milton Campos, Juarez Távora, Chagas Freitas. Entre os que se abstiveram, Tancredo Neves, San Tiago Dantas, Guerreiro Ramos. Em Juarez Távora votou Mario Covas, e em Dutra, Victorino Freire (Diário do Congresso Nacional. **Expediente**. Domingo 12 de Abril de 1964, p. 93-124.).

brindes e aplausos de todos os comensais, lançou o nome de Costa e Silva a presidente da República.¹³

A situação política agrava-se, face a política econômica adotada pelo governo e pela aproximação das eleições para governador em 1965 em onze estados, dois deles principais, Guanabara e Minas Gerais. Havendo a possibilidade real de derrota dos candidatos do regime militar, o governo Castelo Branco aprovou medidas para impedir determinadas candidaturas da oposição. As consequências destas medidas resultaram na anulação de candidaturas da oposição, especialmente da coligação PTB-PSD nos dois principais colégios eleitorais. Na Guanabara, Helio de Almeida (PTB) foi desclassificado pela Lei de Inelegibilidade pelo fato de ter sido ministro do governo Goulart; a segunda alternativa, a do marechal Henrique Teixeira Lott (PTB), foi cancelada pela questão do domicílio eleitoral, devido a transferência de seu título de eleitor para o estado do Rio de Janeiro¹⁴; por fim, o PTB aliou-se à candidatura de Negrão de Lima (PSD), este conhecido de Castelo Branco. Em Minas Gerais, Sebastião Paes de Almeida (PSD) foi considerado inelegível pelo TSE devido a abuso de poder e substituído por Israel Pinheiro (PSD). Mas, mesmo com as anulações de várias candidaturas, a oposição foi parcialmente vitoriosa, eleita tanto na Guanabara como em Minas Gerais.

O resultado desagradou grupos políticos, principalmente os militares “duros”. Castelo Branco preocupado com a possibilidade de ser derrubado, apóia-se em Costa e Silva, procurando manter-se no poder. O resultado desta aliança foi o Ato Institucional nº2, ou AI-2. As medidas contidas neste ato eram majoritariamente dos militares “duros”, mas contou também com o apoio dos “moderados”.

O presidente, o vice-presidente e todos os governadores seriam a partir de agora eleitos indiretamente – o presidente e o vice-presidente pelo Congresso e os governadores pelas assembleias legislativas. [...] O Ato número dois, tal como o número um, deu novamente ao chefe do governo o poder de cassar os mandatos de todas as autoridades eleitas, inclusive parlamentares, assim como a autoridade para suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão. O documento estabelecia ainda o aumento de 11 para 16 do número de ministros do Supremo Tribunal Federal. [...] Finalmente, o AI-2 abolia todos os partidos políticos então existentes.¹⁵

Junto aos atos complementares posteriores, o projeto hegemônico dos “duros” consolidou-se no poder. Houveram tentativas dos “moderados” de conquistar a hegemonia novamente, mas a consolidação da candidatura de Costa e Silva e sua vitória

¹³ NETO, Lira. **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004, p. 301.

¹⁴ Este teve grande influência de Castelo Branco em seu processo, devido as divergências entre os dois.

¹⁵ SKIDMORE, Thomas E.; tradução Mario Salviano Silva. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). 3. ed., Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988, p. 101-102.

via eleição indireta ratificou o projeto dos “duros”. A oficialização de uma nova constituição, incluindo os quatro atos institucionais anteriores, e a aprovação da “Lei de Imprensa” e “Lei de Segurança Nacional” ao final do governo Castelo Branco, confirmaram que os “duros” haviam conquistado no poder.

A disputa de projetos hegemônicos ocorreu no governo Castelo Branco, entre as próprias forças golpistas, mas não somente entre elas. As contestações contra o regime já vinham ocorrendo desde os primeiros meses, fortalecendo-se com o AI-2. Intensificam-se as manifestações contra o governo, entre elas manifestações de estudantes contrários ao projeto de privatização do ensino superior. A Igreja, antes apoiadora do golpe, também colocava-se contra, especialmente na figura de Dom Helder Câmara. Carlos Lacerda, apoiador do golpe, por sua vez, passa a organizar a Frente Ampla. A esquerda, desarticulada com o golpe, começa a reorganizar-se durante o período. Enquanto o PCB adota a tática de luta contra a ditadura pelo caminho pacífico e em aliança com a burguesia, alguns dos grupos de esquerda passa a adotar a tática de guerrilha como luta. Também ocorrem as primeiras tentativas de guerrilhas, como a Operação Pintassilgo, a Guerrilha de Três Passos e a Guerrilha do Caparaó. Por fim, Adhemar de Barros que passaria a conspirar contra o governo, tem o mandato de governador cassado por corrupção. A tentativa de contra revolta, posteriormente cairia no esquecimento em trabalhos recentes sobre o período.

3. Sobre a “Revolta que Não Houve”

Os primeiros sinais de planejamento da “Revolta”, foram a partir de 1964, devido a cassação dos direitos políticos de Juscelino Kubitschek e com a instalação de IPMs em São Paulo comandada pelo general Mena Barreto, levaram ao indiciamento de várias pessoas ligadas ao governador. Esses fatos indicavam que atores políticos que haviam apoiado o golpe estavam sendo incluídos na “limpeza de área”. Adhemar de Barros percebeu – pelos acontecimentos anteriores – que havia a possibilidade de ele ser cassado ou de uma intervenção federal em São Paulo. Ao mesmo tempo que começou a se afastar gradualmente do governo Castelo Branco, passou a realizar as articulações iniciais relacionadas à “Revolta”. Um dos primeiros sinais da organização da tentativa de contra-revolta aparecem em maio de 1964, no documento de assunto “Informação reservada”, datado em 22 de maio de 1964.

Levamos ao conhecimento desta chefia que, segundo informação reservada, comenta-se no Partido Comunista Brasileiro, que a direção do Partido já tem em mãos provas de que os senhores Adhemar de Barros, Magalhães Pinto e Amaury Kruel estão envolvidos e figuram, mesmo, entre os “cabeças” de um movimento que visa fazer uma “contra revolução” no País. Que, o Partido Comunista Brasileiro dará à público tais “provas”, por meio de boletins, que pretende lançar muito em breve, ou melhor, dentro de poucos dias.¹⁶

Os contatos continuaram ocorrendo durante o ano de 1965, prosseguindo o planejamento de uma contra revolta, ao mesmo tempo em que continuava a dialogar com o governo. Mesmo com a decretação do AI-2 e dos atos complementares, ele continuou a articular a tentativa de revolta, e sua maior atuação acontece em 1966, ano em que “A Revolta que não Houve” teve maior frequência em suas articulações.

Entre os atores da tentativa de revolta, houve a participação de militares que apoiaram o golpe civil-militar, os quais encontravam-se na ativa, porém estavam descontentes com o governo. Com isso, a tentativa de contra revolta:

[...] contava com alguns oficiais da ativa com comando de tropas, entre os quais os mais significativos estão os comandantes do 2º Exército, Amaury Kruel, e do 3º Exército, Justino de Alves Bastos. Ambos estavam muito insatisfeitos com várias medidas restritivas tomadas pelo governo Castelo Branco, sendo a pá de cal delas uma sobre domicílio eleitoral que abortou as pretensões eleitorais desses generais aos governos de São Paulo e do Rio Grande do Sul.¹⁷

Houve ainda a participação de políticos próximos à Adhemar de Barros nas articulações, bem como grupos de esquerda, de setores nacionalistas ligados ao governo João Goulart, como o ex-ministro de Goulart, Wilson Fadul e o editor chefe do jornal *Correio da Manhã*, Edmundo Muniz. Outro destes grupos foi o “grupo do Rio” – grupo político de esquerda que contava com militares e civis – vinham se articulando desde o pós 1964, como relata o brigadeiro Francisco Teixeira, oficial comunista e membro do Setor Militar PCB.

Em reunião convocada por Adhemar de Barros no Palácio do governo paulista, o brigadeiro Teixeira ficou impressionado com a seriedade e formalidade do governador, aceitando no primeiro momento a proposta de Adhemar de ampliação do grupo com a entrada de políticos paulistas e adhemaristas.¹⁸

Outros membros do PCB como o ex-deputado federal Marco Antônio Coelho, o coronel Hélio Anísio e o coronel Vicente Sylvestre também tiveram contato

¹⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. **Informação Reservada**. São Paulo, 1964, 20-F-1-1798, p. única.

¹⁷ CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militâncias**: uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 51.

¹⁸ CARDOSO, Célia Costa. Governo Castelo Branco, Contragolpe e Frente Ampla nas Memórias de Militares e Civis (Brasil: 1964-68): **PERSEU**: história, memória e política, v. 8, p.71-p. 88, 2014. Especial, p. 81.

com a tentativa de revolta. Um outro militar que também participou foi o general nacionalista Euryale Zerbini, junto de sua esposa, Therezinha Zerbini. Ainda houve a tentativa de adesão do marechal Henrique Teixeira Lott, do vice-presidente José Maria Alkimin e de Tancredo Neves à conspiração. Segundo Moniz Bandeira (2010), Assis Chateaubriand e a classe empresarial ligadas à FIESP e às associações rurais também teriam participado.

Além de considerarem o uso de setores das Forças Armadas, em especial do II Exército comandado por Amaury Krueel, Adhemar dispunha da Força Pública e da Guarda Civil, que tiveram aumentos de efetivo depois do golpe. Em relação a primeira, o efetivo passou de 31.000 em 1963 para 32.000 em finais de 1965, segundo Dallari¹⁹. Em relação a segunda, houve um aumento do efetivo, de 11.332 em 1962 para 15.000 em finais de 1964, segundo Sylvestre²⁰.

Em relação aos objetivos políticos, por ser um acontecimento que ficou somente no planejamento, não existem documentos ou manifestos que expressem quais eram os objetivos propostos para a contra-revolta. No entanto, declarações de atores envolvidos e informações presentes em documentos dão algumas pistas de quais seriam as possíveis propostas.

Outro ponto é a abrangência da “Revolta”. Segundo o relatório sobre “O caso em Goiás”, datado de 14 de junho de 1966, depois da cassação de Adhemar, o documento revela que a contra-revolta não se restringia ao estado de São Paulo, havendo também articulações em outros estados.

A resistência programada em Goiás antes da intervenção, era acobertada por um esquema nacional que o governador Mauro Borges compunha da seguinte maneira: comandos no Rio Grande do Sul, Adhemar de Barros e Krueel, Ladário, parte da polícia de Magalhães Pinto, parte do exército em Brasília, Goiás, e voluntariado em Brasília e Goiás.²¹

As articulações da “Revolta” intensificaram-se durante o ano de 1966. Em especial a partir do rompimento do governador de São Paulo com o governo Castelo Branco.

¹⁹ DALLARI, Dalmo de Abreu. **O pequeno exército paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 92.

²⁰ SYLVESTRE, Vicente. **Guarda Civil de São Paulo**: sua história. 1. ed., São Paulo, Sociedade Imprensa Pannartz, 1985, p. 89.

²¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DEOPS. **O caso em Goiás**. São Paulo, 1966, 50-Z-693-297, p. 01.

No dia 7 de março [de 1966], Adhemar rompeu publicamente com o governo federal, acusando o presidente Castello Branco de não cumprir os compromissos assumidos com o povo. Em sua manifestação, denunciou as afrontas à constituição, seguidamente retalhada, a imposição de eleições indiretas e o cerceamento das liberdades individuais, além da extinção dos partidos políticos.²²

Como resultado, “iniciou-se” a tentativa de revolta, que atingiu o seu ápice com o episódio do churrasco na fazenda Chambá, de Assis Chateaubriand, onde se encontrava o general Justino Alves Bastos, comandante do III Exército. Ao final do evento, o próprio Assis Chateaubriand sugeriu que o general pronunciasse algumas palavras, tendo realizado um discurso extremamente duro contra o regime. Esse discurso seria o estopim da “Revolta”, resultando no deslocamento de tropas do III Exército para São Paulo e também o movimento de algumas tropas do II Exército, em apoio à “Revolta”.

A despeito desses inconvenientes, contudo, a estratégia militar previa a movimentação de tropas da Força Pública e do Exército pelo Vale do Paraíba; inclusive chegando a acontecer a movimentação de algumas unidades com esse objetivo, porém, a iniciativa da programada rebelião seria abortada pela ausência de seu maior expoente civil com efetivo poder bélico, o governado Adhemar de Barros.²³

Por consequência: a exoneração de general Justino de Alves Bastos do comando do III Exército. O general Amaury Krueel, outro ator político que também perdeu a confiança do governo, devido à participação na “Revolta”. O desaparecimento de Adhemar de Barros na hora em que começou a “Revolta” resultou em consequências para o movimento. Ele voltaria a se articular em final de maio de 1966. No entanto, acusado de corrupção e com pouca margem de manobra política, ele teve o seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por 10 anos, em 6 de junho de 1966.

Considerações finais

Por fim, retomamos a pergunta realizada inicialmente: O que foi a “Revolta que Não Houve”? Foi uma tentativa de revolta, com vários grupos políticos, entre atores que haviam apoiado o golpe civil militar e que encontravam-se descontentes com os rumos do regime, entre eles o general Amaury Krueel, bem como grupos da esquerda nacionalistas e ligados ao PCB. O movimento tinha à frente a liderança do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. A contra revolta começou suas primeiras

²² LOVATO, Amilton. **Adhemar**: fé em deus e pé na tábua. São Paulo: Geração Editorial, 2014, p. 320.

²³ CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militâncias**: uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 51.

articulações ainda em 1964, tendo continuado durante o ano de 1965. Só a partir de 1966, com o rompimento do governador paulista com o governo Castelo Branco, a “Revolta” começou a ganhar corpo. Não havia um objetivo político definido, mas, o retorno da normalidade democrática era um ponto em comum nos discursos e documentos sobre a tentativa de revolta. Houveram ramificações em outros estados, como Rio Grande do Sul e Goiás, mas o epicentro era seguramente em São Paulo. Além do poderio militar que Adhemar de Barros dispunha em São Paulo, com a Força Pública e a Guarda Civil.

No entanto, a “Revolta” não aconteceu. Face ao episódio da fazenda Chambá, em que a principal liderança desapareceu, a hipótese de que Adhemar de Barros estava agindo em interesse próprio, demonstravam que Adhemar não estava se preparando para uma contra-revolta. Ou seja, ele estava agindo mais para evitar ser cassado. Isso dificultava a elaboração de um projeto hegemônico, mas não significou que os outros participantes não estivessem dispostos a levar adiante a contra-revolta. Ao contrário, muitos ficaram decepcionados com a desistência de Adhemar diante de sua cassação.

